

Ao vigésimo terceiro dia do mês de agosto de 2021, ocorreu presencialmente a reunião acerca da criação de um Parque Marinho no entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA) com representantes da Fundação Florestal (FF) e operadores de *charter* de Ubatuba. A reunião teve início às 10:05, no píer do Saco da Ribeira, Ubatuba. A relação dos presentes está registrada em lista de presença, passada ao decorrer da reunião. Priscila (PEIA/FF) dá as boas-vindas, se apresenta e apresenta a proposta da reunião, explanando que o PEIA termina na interface com o mar e da intenção de proteger a área marinha. Rodrigo Victor (FF) e Leandro Caetano (GLN/FF) se apresentam. Leandro expõe a intenção de colher ideias e contribuições do setor, tanto na presente reunião, quanto na audiência pública e agradece a presença de todos. Sueli (APAMLN-Píer Ribeira/FF) e Gabriela (PEIA) se apresentam e Priscila solicita uma rodada de apresentação de todos. Priscila inicia a apresentação de slides. Expõe as dificuldades em lidar com a gestão da parte marinha, sendo que esta não faz parte da Unidade. Diego expõe que a FF está passando pelos diversos setores interessados para expor o processo e as vulnerabilidades da área, que motivam a proteção. Fala sobre as ODS, que incluem criação de UCs e regulamentação de áreas, expondo que este projeto também faz parte da agenda de cumprimento destes objetivos. Explica que a área tem vocação para ser um Parque Estadual, com áreas propícias tanto para o turismo, quanto para a pesquisa e proteção. Rodrigo frisa que o momento de escolher a categoria é crítico pois tem que ser compatível com as atividades do território. O Parque permitirá melhores ferramentas de gestão, além de ser um selo de proteção de biodiversidade, interessante para a atividade turística. Diego expõe que o Parque é um fomento para a realização de atividades privadas dentro do território. Rodrigo menciona o relatório do IPCC, recém-publicado, e a contribuição das áreas protegidas para a mitigação de impactos advindos das mudanças climáticas. Diego fala sobre a pesca fantasma e o trabalho do projeto Linha Azul na APAMLC, de recolhimento de petrechos de pesca perdidos no mar. Expõe que este é um dos PSAs mais importantes a serem desenvolvidos. Explica que a criação desta UC poderá prever a criação de um PSA, desenhado pelo conselho gestor desta unidade e poder discutir mais opções de beneficiamento, também para o setor turístico. Rodrigo fala sobre os ritos do processo de criação de UC, menciona o relatório técnico, já publicado, e uma apresentação resumida deste conteúdo. Diego (*charter*) pergunta sobre o regramento da Unidade, se já está no relatório. Rodrigo explica que o que tem no relatório são diretrizes de gestão e que o regramento definitivo será detalhado posteriormente, via plano emergencial de uso público e plano de manejo. Diego diz que para a FF ter o apoio do setor eles precisam saber até onde será limitada a liberdade deles, querem saber quais são as intenções do parque, para saberem se apoiam ou não. Rodrigo diz que não haverá restrição à atividade, e sim organização das atividades. Priscila diz que não é possível dizer com definição quais serão estas regras, que este é um processo posterior, mas que já são apontados alguns problemas de uso, como a quantidade de embarcações, que possivelmente terão que ser colocados limites diários, o som alto e o preparo de alimento nas embarcações com descarte incorreto no mar, que são problemas também ambientais, além de problemas para a visitação. Diego (*charter*) concorda, mas que querem um estudo mostrando o que poderá e o que não e a garantia de que o regramento e as restrições serão para todos, incluindo as embarcações particulares. Leandro diz que a FF está cumprindo uma etapa de comunicação e consulta para o projeto, mas que imediatamente após a criação será possível a criação de um plano emergencial de uso público para começar a definir estas regras. Um operador diz que seria interessante que fosse algo pouco burocrático, pois os clientes são fechados em cima da hora. Silmara diz que o agendamento é algo que atrapalha muito, pois é muito difícil fechar um grupo

com antecipação. Seria bom se tivesse um bote fazendo a cobrança do ingresso em vários pontos. Diego (charter) diz que não há informação no site da FF sobre os dias que o PEIA está aberto. Cláudio diz que as regras de preservação não impeçam o setor de trabalhar, querem ter o livre acesso às praias da Ilha Anchieta, eles que são da região. Não querem que sejam impedidos de trabalhar por uma diminuição na quantidade permitida, pois há muitos migrantes vindo operar em Ubatuba. Cláudio pergunta porque o PEIA está fechado às segundas e terças. Priscila responde sobre as limitações operacionais frente à pandemia e que estão estudando internamente a reabertura. Diego (FF) diz que por conta da pandemia a equipe ficou reduzida e explicou a situação do site de venda online, que quando resolvida irá sanar a questão do agendamento também. Expõe também que com a implementação da permissão de uso para o PEIA, muitos processos de visita serão menos burocráticos. Expõe que a FF está colhendo manifestações e que vale a pena redigir um documento com estas. Diego (charter) diz que quer algo que seja justo para o meio ambiente e para a sociedade, que o processo de 2018 foi muito desgastante e não deu em nada e que o desejo era que toda a Ilha Anchieta fosse ordenada. Quer saber quais serão as regras e as intenções, para que possam apresentar as contrapropostas. Roberto diz temer que depois que seja criado, venham regras diminuindo a capacidade de atuação deles. Quer que não haja a diminuição no número de embarcações. Diego (FF) expõe que há problemas, que já foram apresentados, na maioria com lanchas particulares, mas que as vezes não é possível identificar se são charter ou particular. Uma operadora sugere um adesivo para conseguir diferenciar as embarcações. Silmara diz que o regramento tem que ser igual para todos, que as escunas não podem operar algumas atividades e o esporte e recreio pode. Leandro diz que o trabalho de 2018 não será perdido. Priscila expõe que xxxxxxxxxxxx. Diego diz que o regramento tem que ser feito para todos, sem distinção de embarcação e atividade, que o processo foi muito desgastante por entrar nesta tipologia. Priscila diz que antigamente o uso pelo transporte de passageiros era muito maior, por isso o regramento seguiu esta linha de distinção. Diz que hoje a realidade está mudando e terá que ser feito este estudo para ver qual a melhor forma de agir sobre os impactos. Um operador diz que não consegue ver todo o impacto positivo da proteção que é apresentado, que não vê diferença da área para outros lugares e que só vê a redução nas atividades. Priscila fala sobre os estudos da CETESB sobre a qualidade da água e outros impactos e que nem sempre eles são facilmente detectáveis. Os operadores destacam os impactos indiretos. Diego (FF) concorda que há pouco impacto local e poucas situações a serem resolvidas e que estes são observados através de estudos e conhecimento técnico e que o impacto regional é realmente maior, mas que há sim impactos humanos na área e que medidas terão que ser tomadas. Pergunta quais são as medidas que podem ser tomadas, sem que seja prejudicial ao turismo, mas destaca que também passe por um crivo técnico para avaliar a diminuição dos impactos. Priscila diz que institucionalmente..... e convida os presentes a participar das reuniões do conselho do PEIA. Operador frisa que há um ponto de partida, que se houver um projeto irão apoiar, mas que tenha consistência e se comece do início, pois senão o projeto não vai para frente sem o apoio da população, algo que já vai ser implementado e vai ter mais crítica do que apoio. Operador diz que uma das ideias é que se restrinja a visitação por cadastramento e que só possa haver visitação por um canal único, o que irá diminuir a visitação, mas favorecer a atividade comercial. Priscila menciona a dificuldade geográfica de implementar esta ideia e de olhar para a área sem distinção. Operador diz que vê este processo como uma preparação para o grande chegar, para o rico, que as regras vêm e dificultam a atividade dos pequenos, dos caiçaras, que são obrigados a deixar o território para o grande ocupar.

Os projetos demoram demais, tinha que haver uma solução pré-pronta, senão tudo vai sendo tomado. Diego (charter) diz que se houverem regras claras haverá justiça social. Priscila diz que podem ser pensadas juntas proposições de roteiros, que só são oferecidos por alguns setores e que isso terá que ser feito em conjunto posteriormente. Diego (FF) diz que o roubo da cultura caíra se dá principalmente pela especulação imobiliária com a vinda da rodovia e que as restrições ambientais vêm só a partir de 77. Diego diz que a FF vem trabalhando muito na valorização da pesca e que para o entorno da Ilha estas questões estão afastadas, pois não tem a ver com pesca. Que as ações para o entorno da Ilha Anchieta estão sendo pensadas para melhorar as atividades da população local, principalmente do turismo, que é uma atividade relevante na área. Diz que a FF quer o ordenamento do turismo, mas não a restrição da atividade. Destaca a importância de representantes e que a FF trabalha com documentação, que façam um documento com as contribuições, preferencialmente antes da audiência pública. Priscila destaca a criação de roteiros para diminuir a sazonalidade e pensar em outros tipos de turismo, com as universidades, escolas, turismo internacional. RV xxxxxxxxxx. Leandro reforça a participação dos setores na construção destes processos, diz que não adianta vir com projetos prontos, como foi citado, pois os processos e projetos tem que ser participativos e discutidos. Diego (FF) reforça que toda a manifestação pode ser feita por escrito, não é necessário que seja pessoa jurídica ou associação e que esta é uma consulta prévia, informada. Priscila fala que irá disponibilizar os documentos e informações e agradece a presença de todos. Operador diz que a temporada e feriados estão chegando e que os regramentos sejam feitos com antecedência e tempo hábil para que não percam as oportunidades. Priscila explica que estão sendo discutidos internamente os processos de operação no PEIA. Diego (FF) diz que os regramentos não virão muito próximos à temporada. Diego (charter) pede que antes da temporada sejam resolvidas as raias das Praias do Sul e das Palmas. Diego (FF) explica que isso já está em processo de licitação para reparo. A reunião é encerrada às 12:35.